

CONCEITOS E DEFINIÇÕES DO ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE – NO CONTEXTO EVOLUTIVO DA SUSTENTABILIDADE

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13493>

Submetido em: 3/6/2022

Aceito em: 25/11/2022

Ana Luisa Borsatto,¹ Daniel Knebel Baggio,² Argemiro Luís Brum³

RESUMO

Este estudo busca identificar e analisar o termo que está em voga, no momento, no cenário corporativo, que é o ESG (Environment, Social and Governance). Cada vez mais investidores e analistas estão atentos à maneira como as empresas lidam com questões sociais, ambientais e governança corporativa, não sendo o desempenho financeiro o único critério gerador de valor a uma companhia e, conseqüentemente, elemento de atração de investimentos. De modo específico, busca-se neste artigo entender os conceitos atribuídos ao desenvolvimento social ao longo dos anos, e assim, identificar o conceito e aplicabilidade da expressão ESG nas empresas. Quanto à metodologia aplicada neste estudo, optou-se pelo método qualitativo, utilizando da pesquisa bibliográfica a fim de identificar análises mais adequadas ao tema tratado. Entre os resultados obtidos destaca-se a tendência, nos últimos anos, nos negócios, de adotar as práticas ESG, por trazer maior competitividade para as empresas e melhorar o alinhamento com os *stakeholders*.

Palavras-chave: ESG; ambiental; social e governança; desenvolvimento sustentável.

CONCEPTS AND DEFINITIONS OF ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE – GOVERNANCE IN THE EVOLUTIONARY CONTEXT OF SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This study seeks to identify and analyze the term that is currently in vogue in the corporate scenario, which is ESG (Environment, Social and Governance). More and more investors and analysts are paying attention to the way companies deal with social, environmental and corporate governance issues, with financial performance not being the only criterion that generates value for a company and, consequently, an element to attract investments. Specifically, this study seeks to understand the concepts attributed to social development over the years, and thus, to identify the concept and applicability of the term ESG in companies. As for the methodology applied in this study, we opted for the qualitative method, using bibliographical research, in order to identify the most appropriate analyzes for the subject addressed. Among the results obtained, the tendency, in recent years, in business to adopt ESG practices stands out, as they bring greater competitiveness to companies and improve alignment with stakeholders

Keywords: ESG; environment; social and governance; sustainable development.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2053252943596898>. <https://orcid.org/0000-0001-9796-0451>

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4185695953545371>. <https://orcid.org/0000-0002-6167-2682>

³ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3190779082415189>. <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>

INTRODUÇÃO

O processo de conscientização e conceito de Responsabilidade Social Empresarial teve início na década de 70 do século 20, quando o princípio era a defesa de direitos humanos e contribuições de empresas para causas sociais. O desenvolvimento sustentável, segundo Carvalho e Viana (1998), apresenta três grandes dimensões: o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico. O equilíbrio destas três dimensões permite que se alcance, com mais propriedade, o desenvolvimento sustentável. Para os autores, melhorar a alocação de recursos e a gestão possibilita a eficiência econômica. Ter uma sociedade com distribuição equitativa das riquezas é o objetivo da sustentabilidade social, destacando-se que o equilíbrio social passa a ser visto como medida da eficiência econômica. Por fim, a sustentabilidade ambiental, instiga a limitação do uso de recursos esgotáveis, diminuição de consumo, geração de energia limpa, entre outras medidas de proteção ambiental (De Araújo, 2006).

O inglês John Elkington contribui para consolidar o entendimento de desenvolvimento sustentável, em 1994, a partir da expressão “*triple bottom line*”. Segundo este conceito, o tripé da sustentabilidade compreende que as empresas possuem responsabilidade de equilíbrio econômico, social e ambiental de suas operações. Ainda, este conceito infere sobre a viabilidade das atividades da empresa, conforme a atuação entre aspectos econômicos, sociais e ambientais. Tal análise obteve um reconhecimento significativo, sendo considerada um componente para estratégias corporativas na inovação e geração de valor, conforme descrito por Elkington (1998). Estas contribuições destacam que a sustentabilidade tem o objetivo de garantir que ações realizadas no presente acabem não limitando ou excluindo a existência saudável das organizações no futuro (Lima, 2019).

Para Elkington (2004), os princípios do tripé da sustentabilidade concentram-se não somente no valor econômico, que agrega nas organizações, mas também sobre valor ambiental e social, constatando que a transição para um capitalismo sustentável seria um dos caminhos mais complexos da nossa sociedade, pois segundo ele, a economia global sustentável surge a partir da comutação tecnológica, econômica, social e política (Lima, 2019).

Após acúmulo de experiências, debates e negociações globais em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais. Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). O intuito foi produzir um conjunto de objetivos que suprisse os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que nosso mundo enfrenta. Tanto quanto o governo, as organizações possuem um papel importantíssimo na elaboração de estratégias e cumprimento de metas que têm o objetivo de beneficiar a sociedade num todo, como exemplo, a obtenção de indicadores definidos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O aumento de investidores buscando, cada vez mais, fatores sociais e ambientais nas escolhas de seus investimentos, faz com que as empresas passem a adotar práticas de responsabilidade socioambientais para poder obter algumas vantagens em relação ao acesso de recursos financeiros. Para tanto, são utilizados alguns índices de responsabilidade social. Os indicadores considerados como os mais importantes, tendo reconhecimento internacional, são: KLD Domini

400 Social Index, que foi o primeiro a aparecer, em 1990; o Dow Jones Sustainability Index Group e o FTSE4Good Index Series (Charlo; Moya; Muñoz, 2015).

Outros índices são importantes para os investidores realizarem suas escolhas. A Bolsa de Valores (B3) lançou, em 2000, o Índice de Governança Corporativa (IGC). O IGC avalia o desempenho de ações das empresas que possuem níveis de Governança Corporativa diferenciada, uma vez que a esta visa a tornar a empresa mais confiável e com maior segurança em sua gestão. Outro índice é o Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), criado em 2010, que tem o propósito de ser um instrumento indutor das discussões sobre mudança do clima no Brasil. Por sua vez o ISE B3, Índice de Sustentabilidade Empresarial, é um indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas reconhecidas pelo comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Tem o objetivo de apoiar investidores na tomada de decisão e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, tendo em vista que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, da tradução do inglês) contribuem para a perpetuidade dos negócios (B3).

As questões ambientais e econômicas possuem forte relação. Rodrigues *et al.* (2020) destaca que as medidas ambientais afetam positivamente ou negativamente o desempenho econômico de algumas empresas. No Brasil, nota-se a relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) com as práticas de ESG, principalmente em grandes empresas, uma vez que, de acordo com o Pacto Global das companhias que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), 83% estão em processo de integração dos ODSs, para realização de suas estratégias, metas e resultados.

Dito isso, este artigo busca compreender e conceituar o ESG num contexto evolutivo da sustentabilidade, bem como sua aplicabilidade nas organizações, visto que sua temática tem grande relevância, tanto para empresas e investidores quanto para áreas de pesquisas e inovações, contribuindo para o desenvolvimento e o atingimento de metas sustentáveis. Este é um estudo teórico, que está estruturado em três etapas, ou seja a introdução, o referencial teórico e as considerações finais. Assim, partimos para os conceitos teóricos, buscando compreender a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável até os dias atuais, em que a expressão ESG tem sido tema de importantes discussões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste texto serão destacados os dois elementos centrais da abordagem deste artigo, os quais se inter-relacionam: o desenvolvimento sustentável e as práticas ESG.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No início da década de 70 surge o conceito de desenvolvimento sustentável, com o nome de ecodesenvolvimento. Este conceito surgiu após o relatório do Clube de Roma, como uma terceira via opcional para as duas visões contrárias sobre relações entre crescimento econômico e meio ambiente. A proposta do ecodesenvolvimento foi centrada numa ideia de conciliar a eficiência econômica, as “desejabilidades” sociais, e a cautela ambiental. Esta proposta reconhecia que tal conciliação seria efetivamente relativa aos limites ambientais, tendo o crescimento econômico como condição necessária, mas insuficiente, para a erradicação da pobreza.

O processo de conscientização teve início ainda na década de 70, quando começou a surgir no mundo dos negócios o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), com o foco principal na defesa de direitos humanos e na contribuição das empresas para causas sociais (filantropia) sem necessidade de abordar questões ligadas de maneira direta aos negócios, conforme explicam Da Rosa *et al.* (2017).

Em 1972, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente realizada em Estocolmo foi palco da polarização entre desenvolvimentistas e “zeristas”, tendente a gerar impasses. Esses conceitos chegam num momento de forte crescimento econômico mundial, influenciado pela recuperação pós-guerra e ascensão de emergentes como “Tigres asiáticos” e o Brasil do milagre econômico. A maioria dos países, no entanto, permanecia pobre, apresentando dificuldades para iniciar o processo de crescimento econômico sustentável.

Em 1972 foi publicado o relatório *The limits to growth* (Os limites do crescimento), que defendia a necessidade de buscar e alcançar um equilíbrio global baseado em limites ao crescimento populacional, desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e em atenção aos problemas ambientais. O relatório apresentou cenários catastróficos de como seria o planeta caso o padrão de desenvolvimento persistisse, causando assim um enorme impacto entre a comunidade científica. A partir de então outros relatórios passaram a alertar sobre a necessidade de mudar o desenvolvimento (De Araújo *et al.*, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável emerge em 1987 na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, dirigida pela ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Com o patrocínio da Organização das Nações Unidas, o relatório “Nosso futuro comum” é também conhecido como Relatório Brundtland, no qual são detalhados os desafios e esforços comuns.

Na Conferência de Estocolmo ficou designado como “abordagem do ecodesenvolvimento” e apenas depois passou a ser chamado de “desenvolvimento sustentável”. A expressão desenvolvimento sustentável possui uma dimensão global, tanto no que diz respeito a questionamentos de problemas ambientais como na ótica de reações e soluções formuladas pela sociedade. Não está ligada somente ao fato de adequação ecológica, mas uma estratégia para sociedade, que deve levar em conta a viabilidade econômica e ecológica (Oliveira Filho, 2004).

Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Eco 92 ou Rio 92, tornando-se um marco global em termos de discussões sobre o assunto, tendo a participação de representantes governamentais de todo o mundo. Esta Conferência teve como principal resultado *A Carta da Terra* e a *Agenda 21*.

Esta *Agenda 21* tratava-se de uma série de compromissos acordados por 170 países, que assumiram o desafio de incorporar em suas políticas públicas princípios de desenvolvimento sustentável. Em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002, aconteceu a maior conferência mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominado Rio+10. Neste encontro foi elaborado o Protocolo de Kioto, no qual firmou-se o compromisso de que países com maior nível de industrialização, que conseqüentemente são os maiores utilizadores de recursos naturais e geradores de resíduos poluentes, devem ser tributados e responsabilizados de maneira maior no que se refere às responsabilidades de preservação do planeta para gerações futuras.

A Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, identificou um caminho ao destacar que o Desenvolvimento Sustentável tem sua base em três pilares: econômico, social e ambiental. Além dos três pilares, possui um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza (Oliveira Filho, 2004).

É a partir destas considerações, relativas aos três pilares que sustentam o conceito de desenvolvimento sustentável, que o mundo em geral, e as organizações em particular, perceberam a necessidade de entender a nova realidade e criar elementos para definir ações que contemplassem estas preocupações internacionais.

No que diz respeito às organizações, estas têm como objetivo obter o maior retorno possível sobre o capital investido e, para isso, utilizam ferramentas disponíveis para conseguirem estar à frente de seus concorrentes e, conseqüentemente, obterem maiores margens e fatias de mercado. Neste contexto, tendo em vista as mudanças globais, além dos fatores econômicos e estruturais, as questões relacionadas ao meio ambiente e questões sociais ganham importância e passam a fazer parte das responsabilidades das organizações (Coral, 2002).

Uma organização pode adotar um grupo de ações que visa ao respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável da sociedade. Entende-se por empresa sustentável aquela que busca incluir os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável. Assim, a inclusão desses objetivos representa obter estratégias de negócios e atividades que atendam suas necessidades atuais, sustentando e aumentando recursos naturais e humanos, necessários para o futuro (Barbieri; Cajazeira, 2009).

O tripé da sustentabilidade acabou tornando-se amplamente conhecido no âmbito empresarial e nas áreas de pesquisas, como uma ferramenta conceitual útil para interpretar interações e principalmente ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade ampla, além da sustentabilidade econômica. Vale destacar que, dentro dos princípios de sustentabilidade, questões sociais não podem ser separadas das questões ambientais. Assim, quando uma empresa é ecologicamente sustentável, ela está atuando de maneira socialmente responsável, atendendo ao interesse dos *stakeholders* (Da Rosa *et al.*, 2017).

A sustentabilidade visa a três aspectos: atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta, sendo chamado de *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade. No Tripé da Sustentabilidade estão incluídos aspectos econômicos, sociais e ambientais, que de modo conjunto devem interagir para atender ao conceito. A visão econômica refere-se ao alcance de rendimento suficiente para o custo da vida em uma sociedade. A parte social diz respeito aos valores sociais e culturais e a justiça na distribuição de custos e benefícios. Já a ambiental possui como referência a conservação dos ecossistemas do planeta em longo prazo. Essas três visões, ou estes três pilares, juntos em equilíbrio, formam a ideia de sustentabilidade (Da Rosa *et al.*, 2017).

Cada vez mais as empresas estão buscando adotar modelos de gestão sustentáveis e assim se adaptarem às grandes mudanças no mercado mundial. A responsabilidade social está relacionada ao grupo de conceitos e ações que contribuem para um planeta melhor, com a participação de todos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável. A responsabilidade social é fundamental para o crescimento econômico, não somente de uma empresa, mas também de um país.

Em 2005 foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pela Bolsa de Valores, tendo como parceiras muitas entidades ligadas ao mercado de capitais, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente. O ISE foi financiado pela International Finance Corporation (IFC), um braço financeiro do Banco Mundial, tendo como missão promover investimentos no setor privado de países em desenvolvimento, com o objetivo de reduzir a pobreza.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial busca proporcionar para os investidores uma opção de carteira composta por ações de empresas que estejam comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, direcionando os empresários que buscam investir seus recursos em empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis.

Pelo mundo, a definição de desenvolvimento sustentável mais difundida é de que o “desenvolvimento satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras, e estas satisfazerem suas próprias necessidades”. Essa definição foi publicada pela primeira vez no relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização, em 1987, e consegue a partir desta publicação, em poucas palavras, alertar sobre a utilização de forma predatória dos recursos naturais.

As contribuições de Elkington (1994), com o Tripé da Sustentabilidade – Triple Bottom Line – foram determinantes para consolidar o entendimento de desenvolvimento sustentável. A partir deste conceito as empresas passam a ter responsabilidade de equilibrar retornos econômicos, sociais e de ambiente em suas operações (Da Rosa *et al.*, 2017).

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À ADOÇÃO DAS PRÁTICAS ESG

A partir de 2006 essa abordagem de investimento responsável teve um grande impulso com a criação dos Princípios para o Investimento Responsável, uma parceria entre a ONU e investidores privados na busca de levar as questões relacionadas à sustentabilidade para o setor de investimentos. Um fator que também tem impulsionado o investimento responsável é o aumento de oferta por produtos e serviços que pregam aspectos socioambientais. Índices de sustentabilidade, fundos de investimento atrelados a esses índices, segmentos especiais em Bolsa de Valores e agências especializadas em temas ESG obtiveram crescimento exponencial nos últimos anos.

O termo ESG é uma sigla em inglês que significa Environmental (ambiental), Social (social) and Governance (Governança), e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Tripathi, Bhandari (2014), definem o ESG como sendo caracterizado por fatores ambientais, sociais e de governança utilizados para medir o desempenho sustentável das organizações.

Para mensurar a sustentabilidade com o ESG utiliza-se um indicador de desempenho, tendo a governança como moderador, e inclui-se uma pontuação geral, que se reflete numa visão equilibrada de uma empresa, nas áreas ambiental, social, de governança e desempenho econômico, ao longo de suas atividades (Nuber; Velte; Hörisch, 2019). Os indicadores ESG refletem as iniciativas das organizações em relação aos impactos ambientais, injustiças sociais e melhores práticas de governança, nos setores públicos ou privados. É, portanto, um critério que busca guiar o investidor nas escolhas de seus investimentos, com o foco em sustentabilidade, sendo criado como métrica para avaliar o desempenho das empresas em relação às práticas dos pilares ESG (Walter, 2020).

O pilar ambiental

A atividade econômica traz grandes avanços para a sociedade humana, em contrapartida, também representa o aumento de problemas ambientais, aquecimento global, mudanças climáticas, etc. (DANG *et al.*, 2018). Para mitigar, quiçá resolvê-los, se desenvolve a lógica ESG. Em relação aos seus três pilares, pode-se observar que quando se fala em práticas ambientais são analisados pontos de como é realizado o descarte de resíduos do processo industrial, como recursos naturais são utilizados, como é a emissão de gases na atmosfera, como é realizada a utilização de água, o tipo de energia utilizada e outros. O pilar “E” visa a que as empresas reduzam o impacto ambiental e se preocupem com questões como aquecimento global e emissão de carbono, eficiência energética, gestão de resíduos, poluição e recursos naturais.

Nas últimas décadas as organizações, como forma de gerar valor para seus *stakeholders*, passaram a olhar para as questões ambientais, reflexo de uma crescente competição por recursos naturais, bem como o interesse em mostrar ao mercado o seu desempenho e comprometimento com cuidados ambientais, tendo em vista a importância que possui a imagem da organização e a influência no seu sucesso (Hinojosa-López; Ayup-González; Cogco-Calderón, 2020). Desse modo, há um crescente interesse em identificar práticas de sustentabilidade corporativa, uma vez que os *stakeholders* não olham mais apenas para o desempenho financeiro, mas também para as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

O pilar social

Ao se olhar para o pilar “S” do ESG, observa-se as práticas sociais, levando-se em conta as políticas de trabalho, a relação da empresa com a comunidade na qual se encontra, o relacionamento com os colaboradores e o grau de comprometimento com o propósito da empresa, ou seja, como ela trata os direitos humanos e a legislação trabalhista. Os fatores sociais refletem ainda como a empresa respeita os seus parceiros, seus clientes e funcionários. Cada vez mais têm-se envolvido nesta pauta temas como a inclusão e diversidade, os direitos humanos, o engajamento dos funcionários, a privacidade e proteção de dados e políticas e relações de trabalho.

Pereira *et al.* (2021, p. 4) explicam que de acordo com o Growth Report ESG e Inovação da ACE Cortex (uma das maiores empresas de inovação e investimentos da América Latina), no aspecto social são considerados fatores importantes: “o desenvolvimento de relacionamentos humanos dentro e fora da empresa; a capacidade de atrair e reter pessoas; bem como a garantia de desenvolvimento de talentos, resultando em colaboradores mais capacitados e satisfeitos em suas funções”. Os autores acrescentam ainda que outro ponto importante é a adoção de políticas de diversidade e inclusão.

Em paralelo ao avanço da questão social nas empresas está a inovação como resultado da diversidade (Pereira *et al.*, 2021). O reconhecimento da diversidade vai além da esfera pública, com esta passando a ser indagada por uma parte do mundo capitalista que sempre “fingiu” não se importar com as relações de desigualdade e diversidade, conforme explica Gomes (2017). Percebe-se, assim, o forte apelo político e do mercado para que haja uma abertura à diversidade. No eixo social, tanto para lideranças políticas como intelectuais, foi considerado elemento-chave em relação aos objetivos estratégicos de governos e empresas (Klein, 2006).

O pilar da governança

Em relação às práticas de governança, são considerados o modo como o conselho administrativo é composto e qual seu nível de independência, como é a remuneração dos executivos, como o grupo que realiza auditorias é formado, transparência na divulgação de dados, relação da empresa com governos, etc. O pilar “G” do termo ESG analisa como a companhia adota as melhores práticas de gestão corporativa, como a diversidade no conselho, a ética e a transparência, o compliance, a estrutura dos comitês de auditoria e fiscal, canais de denúncias e política de remuneração da alta administração.

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015, p. 20), a governança corporativa “é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. Assim, as organizações podem estabelecer um diálogo entre os grupos que irão determinar os objetivos, o que se torna essencial para o bom desempenho da organização.

Andrade e Rossetti (2006) explicam que a governança corporativa tem fundamentos sólidos, os quais são definidos a partir de princípios éticos para serem aplicados na condução dos negócios. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) descreve a governança como “um dos instrumentos determinantes do desenvolvimento sustentável”, nas esferas ambiental, social e econômica.

Enfim, alguns marcos institucionais de gestão das empresas, no Brasil, somaram-se a forças externas. Entre elas as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que sinaliza quanto aos benefícios gerados pela boa governança, no que tange ao desenvolvimento do mercado de capitais e, ainda, de modo mais amplo, para o crescimento econômico do país (Andrade; Rossetti, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado corporativo está cada vez mais atento à maneira como as empresas lidam com questões sociais, ambientais e governança corporativa (ou ESG), em que o bom desempenho financeiro deixou de ser o único critério para conferir valor a uma companhia e atrair investimentos. Esse princípio está por trás do chamado investimento responsável.

É possível observar um aumento expressivo ao se tratar de dados e informações relacionadas às questões ESG das empresas. Isso tanto por meio de relatórios empresariais quanto de relatórios de informações do mercado financeiro através de agências. Ainda, essa disseminação de informações promove a consideração das questões ESG em análise e relatórios de *research* das instituições financeiras.

Esses indicadores ESG funcionam como um selo, por meio de critérios de conduta praticados por empresas que possuem o interesse em serem socialmente conscientes, ambientalmente sustentáveis e corretamente gerenciadas. Ou seja, funcionam como uma forma de medir se a empresa está de acordo com as práticas de sustentabilidade e comprometida fielmente com as causas que defende.

Em relação a outros modelos de gestão de governança e responsabilidade social e ambiental das organizações, as inovações do ESG têm, como ideia central, que as práticas não devem ser tratadas de modo paralelo e isolado por área, mas sim como parte de toda a estratégia de negócios.

Desse modo, no universo dos negócios a sigla ESG mede o índice de sustentabilidade ambiental e o impacto social de uma empresa, sendo considerada uma tendência, nos últimos anos, por trazer maior competitividade para as empresas e melhorar o alinhamento com os *stakeholders*. Assim, o ESG pode ser considerado um selo de qualidade em uma organização, pois, por intermédio da análise ambiental, social e de governança, pode-se identificar de que maneira a empresa tem se posicionado em relação à sociedade e ao planeta, além de estar oferecendo maior transparência ao investidor.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. *Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R.; *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.
- CHARLO, Maria J.; MOYA, Ismael; MUÑOZ, Ana M. Sustainable development and corporate financial performance: A study based on the FTSE4Good IBEX Index. *Business Strategy and the Environment*, v. 24, n. 4, p. 277-288, 2015.
- CORAL, Elisa. *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. 2002. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.
- DANG, R.; BRUNA, M.; HOUANTI, H.; MANITA, R. Board gender diversity and ESG disclosure: Evidence from the US, *Journal of applied accounting research*, Vol. 19, nº 2, p. 206-224, 2018.
- DA ROSA, M. E. S. *et al.* Sustentabilidade empresarial: a importância da sustentabilidade nas organizações. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico*, 10. ed., setembro de 2017.
- DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro *et al.* Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. *CONVIBRA*, 3., 2006. *Anais [...]*. 2006. p. 70-82. v. 3.
- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California management review*, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.
- ELKINGTON, J. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Gabriola Island, Stony Creek: New Society Publishers, 1998.
- ELKINGTON, J. Enter the Triple Bottom Line. In: Henriques. A.; Richardson, J. *The Triple Bottom Line*. London: Earthscan Publications Ltd. Cap. 1. Page 1-16, 2004.
- GOMES, N. L. Políticas públicas para a diversidade. *Sapere Aude*, v. 8, n. 15, p. 7-22, 22 jul. 2017.
- HINOJOSA-LÓPEZ, J.; AYUP-GONZÁLEZ, J.; COGCO-CALDERÓN, A. Imagen corporativa y satisfacción laboral en potenciales empleados del sector bancario. *Investigación Administrativa*, v. 125, p. 1-20, 2020.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5. ed. São Paulo, SP: IBGC, 2015.
- KLEIN, Madalena. *Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégia de normalização nos movimentos sociais surdos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 125-144.
- LIMA, Meline Melegario *et al.* A quarta Revolução Industrial sob o tripé da sustentabilidade. *Semioses*, Rio de Janeiro. v. 13, n. 3, p. 76-86, 2019. ISSN 1981-996X.
- MACEDO, M. A. S. *et al.* Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 22, 2011.
- NUBER, C.; VELTE, P.; HÖRISCH, J. The curvilinear and time-lagging impact of sustainability performance on financial performance: Evidence from Germany. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 27, n. 1, p. 232-243, 2019. DOI: 10.1002/csr.1795